

Proc: TC-13809.989.18-9. Representante: Amélia Naomi Omura (RG: 12.191.385-5 e CPF: 019.338.488-47), vereadora da Câmara Municipal de São José dos Campos. Representada: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Responsável: Felício Ramuth (Prefeito Municipal) Procurador: Ronaldo José de Andrade (OAB/SP n.º 182.605) Assunto: Representação formulada contra o Edital do Pregão Presencial nº 29/5GAF/2018, promovido pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, tendo como a aquisição e instalação de acervo científico.

1 – Notificar eletronicamente o interessado;
2 – Arquivar.
Publique-se.
PROC: TC-4539.989.18-6. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME. RESPONSÁVEL: Wagner Ricardo Antunes Filho – Prefeito Municipal. ASSUNTO: Contas de Prefeitura – 3ª Fiscalização Ordenada (Tesouraria). EXERCÍCIO: 2018. Vistos. Considerando o relatório elaborado e documentos juntados para a fiscalização a cargo da Unidade Regional de Araras – UR 10, relativos à 3ª Fiscalização Ordenada prevista para 2018 – Tesouraria (evento 10), notifique-se o Responsável pela Municipalidade, a fim de que tome ciência do apurado.
Publique-se.
PROC: TC-4202.989.18-2. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRA ESTRELA. RESPONSÁVEL: Márcio Hamilton Castreghini Borges – Prefeito Municipal. ASSUNTO: Contas de Prefeitura – 3ª Fiscalização Ordenada (Tesouraria). EXERCÍCIO: 2018. Vistos. Considerando o relatório elaborado e documentos juntados para a fiscalização a cargo da Unidade Regional de Fernandópolis – UR 11, relativos à 3ª Fiscalização Ordenada do Exercício de 2018 – Tesouraria (evento 9), notifique-se o Responsável pela Municipalidade, a fim de que tome ciência do apurado.
Publique-se.
Exp: e-TC-12878/989/18-5. Interessado: Celso Rodrigues Bueno, município de Cerquilha. Mencionada: Prefeitura Municipal de Cerquilha. Responsável: Aldomir José Sanson, Prefeito Municipal. Assunto: Comunica possíveis irregularidades na contratação de funcionários para a Secretaria de Esportes, sem processo seletivo e concurso público. Considerando minha relatoria sobre as Contas de 2017 da Prefeitura Municipal de Cerquilha (e-TC-6761/989/18-9), determino o envio do presente à Unidade Regional de Sorocaba (UR-9) para analisar, devendo o assunto em epígrafe subsidiar a análise dos referidos demonstrativos e receber tratamento em item próprio do relatório de fiscalização. Em seguida, encaminhe-se o expediente ao Cartório para:
1 – Referenciar ao e-TC-6761/989/18-9;
2 – Notificar o interessado; e
3 – Arquivar.
Publique-se.
DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Processos: TC-7108.989.18-7, TC-7237.989.18-1, TC-7650.989.18-9, TC-7899.989.18-0 e TC-7928.989.18-0. Interessada: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Responsável: Giovanni Pengeu Filho, Diretor Geral. Representantes: Edilson Ferreira da Silva – OAB/SP nº 252.616, por sua Advogada Gisele Beck Rossi (OAB/SP 207.545) - Expresso de Prata Ltda. - Empresa de Ônibus Circular Cidade de Ourinhos Ltda. - Márcio Cammarosano – Advogado OAB/SP nº 24.170 - Vição Piracema de Transportes Ltda. Assunto: Representações contra o Edital da Concorrência Internacional nº 2/2016, cujo objeto é seleção de propostas mais vantajosas para a concessão de serviços de transporte público regular intermunicipal de passageiros, pelo critério de maior valor de oferta pela outorga fixa para cada um dos 5 (cinco) lotes de áreas de operação apresentadas. Valores Estimados: Lote 1) Área de Operação Jundiá e Campinas, pelo valor referência de R\$ 14.605.200,00; Lote 2) Área de Operação Piracicaba, pelo valor referência de R\$ 3.840.900,00; Lote 3) Área de Operação São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, pelo valor de referência de R\$ 6.870.800,00; Lote 4) Área de Operação Bauru e Sorocaba, pelo valor referência de R\$ 1.000.000,00; Lote 5) Área de Operação Baixada Santista e Vale do Paraíba, pelo valor referência de R\$ 7.170.400,00. Advogados: Lucas Moreno Progiante (OAB/SP 300.411) e André Isper Corrêes Barnabé (OAB/SP 359.736); Lucas Alberto Faria Rarion (OAB/SP 235.592), Débora Lamkowski Carrion Miranda (OAB/SP 234.625), Carlos Daniel Rolfsen (OAB/SP 241.787). Em exame: Requerimento de vista dos autos em epígrafe, formulados pela Empresa de Ônibus Tabapuá Ltda., por seu advogado Lucas Moreno Progiante (OAB/SP n.º 300.411). Defiro vista dos autos ao requerente pelo prazo de 02 (dois) dias.
Publique-se.
Proc: TC-19393.989.16-5 Interessada: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Responsável: Giovanni Pengeu Filho, Diretor Geral; Nelson Raposo de Mello Junior, Diretor de Procedimentos e Logística; Rafael Antonio Cren Benini, Respondendo pela Diretoria de Assuntos Institucionais; Theodoro de Almeida Pupo Jr., Diretor de Investimentos; Alberto Silveira Rodrigues, Diretor de Operações. Representante: José Ricardo Bazzaz Simion – Advogado OAB/SP nº 127.708. Assunto: Representação contra Concorrência Internacional nº 2/2016 da ARTESP, cujo objeto é a seleção de empresa ou consórcio de empresas para prestar os serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros, rodoviário e suburbano, em regime de concessão comum. Em exame: Requerimentos formulados nos eventos: - Evento nº 155 – Vista dos autos formulada pelo Advogado Luiz Felipe Hadich Miguel – OAB/SP nº 215.844; - Evento nº 183 – Edilson Ferreira da Silva, Advogado, OAB/SP nº 252.616, representante no Processo nº 7108.989.18-7, por sua Advogada Gisele Beck Rossi, OAB/SP nº 207.545, requer sejam encaminhadas para manifestação de ATU PFE e MRC, as impugnações por ele aduzidas no Processo nº 7108.989.18-7, com o processamento do referido feito como Exame Prévio de Edital, bem como sua habilitação no presente feito; - Evento nº 203 – Vista dos autos formulada por Guerinio Seiscento Transportes S.A, por seu Advogado Thales Seiscento Baptista – OAB/SP nº 324.333. Defiro vista dos autos a todos os requerentes pelo prazo de 02 (dois) dias, e considero prejudicado o requerimento adicional constante do evento 183, em razão do decidido pelo Plenário no Processo 9226.989.18-4, na Sessão de 06/06/18.
Publique-se.

de Guaiara e foi tratada no item H.1 do relatório de fiscalização (evento 77.38 do e-TC-352.989.16-4), conforme informado pela Unidade Regional de Ituverava no evento 19, determino o seu arquivamento. Ao Cartório para:

1 – Notificar eletronicamente o interessado;
2 – Arquivar.
Publique-se.
PROC: TC-4539.989.18-6. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME. RESPONSÁVEL: Wagner Ricardo Antunes Filho – Prefeito Municipal. ASSUNTO: Contas de Prefeitura – 3ª Fiscalização Ordenada (Tesouraria). EXERCÍCIO: 2018. Vistos. Considerando o relatório elaborado e documentos juntados para a fiscalização a cargo da Unidade Regional de Araras – UR 10, relativos à 3ª Fiscalização Ordenada prevista para 2018 – Tesouraria (evento 10), notifique-se o Responsável pela Municipalidade, a fim de que tome ciência do apurado.
Publique-se.
PROC: TC-4202.989.18-2. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRA ESTRELA. RESPONSÁVEL: Márcio Hamilton Castreghini Borges – Prefeito Municipal. ASSUNTO: Contas de Prefeitura – 3ª Fiscalização Ordenada (Tesouraria). EXERCÍCIO: 2018. Vistos. Considerando o relatório elaborado e documentos juntados para a fiscalização a cargo da Unidade Regional de Fernandópolis – UR 11, relativos à 3ª Fiscalização Ordenada do Exercício de 2018 – Tesouraria (evento 9), notifique-se o Responsável pela Municipalidade, a fim de que tome ciência do apurado.
Publique-se.
Exp: e-TC-12878/989/18-5. Interessado: Celso Rodrigues Bueno, município de Cerquilha. Mencionada: Prefeitura Municipal de Cerquilha. Responsável: Aldomir José Sanson, Prefeito Municipal. Assunto: Comunica possíveis irregularidades na contratação de funcionários para a Secretaria de Esportes, sem processo seletivo e concurso público. Considerando minha relatoria sobre as Contas de 2017 da Prefeitura Municipal de Cerquilha (e-TC-6761/989/18-9), determino o envio do presente à Unidade Regional de Sorocaba (UR-9) para analisar, devendo o assunto em epígrafe subsidiar a análise dos referidos demonstrativos e receber tratamento em item próprio do relatório de fiscalização. Em seguida, encaminhe-se o expediente ao Cartório para:
1 – Referenciar ao e-TC-6761/989/18-9;
2 – Notificar o interessado; e
3 – Arquivar.
Publique-se.
DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Processos: TC-7108.989.18-7, TC-7237.989.18-1, TC-7650.989.18-9, TC-7899.989.18-0 e TC-7928.989.18-0. Interessada: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Responsável: Giovanni Pengeu Filho, Diretor Geral. Representantes: Edilson Ferreira da Silva – OAB/SP nº 252.616, por sua Advogada Gisele Beck Rossi (OAB/SP 207.545) - Expresso de Prata Ltda. - Empresa de Ônibus Circular Cidade de Ourinhos Ltda. - Márcio Cammarosano – Advogado OAB/SP nº 24.170 - Vição Piracema de Transportes Ltda. Assunto: Representações contra o Edital da Concorrência Internacional nº 2/2016, cujo objeto é seleção de propostas mais vantajosas para a concessão de serviços de transporte público regular intermunicipal de passageiros, pelo critério de maior valor de oferta pela outorga fixa para cada um dos 5 (cinco) lotes de áreas de operação apresentadas. Valores Estimados: Lote 1) Área de Operação Jundiá e Campinas, pelo valor referência de R\$ 14.605.200,00; Lote 2) Área de Operação Piracicaba, pelo valor referência de R\$ 3.840.900,00; Lote 3) Área de Operação São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, pelo valor de referência de R\$ 6.870.800,00; Lote 4) Área de Operação Bauru e Sorocaba, pelo valor referência de R\$ 1.000.000,00; Lote 5) Área de Operação Baixada Santista e Vale do Paraíba, pelo valor referência de R\$ 7.170.400,00. Advogados: Lucas Moreno Progiante (OAB/SP 300.411) e André Isper Corrêes Barnabé (OAB/SP 359.736); Lucas Alberto Faria Rarion (OAB/SP 235.592), Débora Lamkowski Carrion Miranda (OAB/SP 234.625), Carlos Daniel Rolfsen (OAB/SP 241.787). Em exame: Requerimento de vista dos autos em epígrafe, formulados pela Empresa de Ônibus Tabapuá Ltda., por seu advogado Lucas Moreno Progiante (OAB/SP n.º 300.411). Defiro vista dos autos ao requerente pelo prazo de 02 (dois) dias.
Publique-se.
Proc: TC-19393.989.16-5 Interessada: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Responsável: Giovanni Pengeu Filho, Diretor Geral; Nelson Raposo de Mello Junior, Diretor de Procedimentos e Logística; Rafael Antonio Cren Benini, Respondendo pela Diretoria de Assuntos Institucionais; Theodoro de Almeida Pupo Jr., Diretor de Investimentos; Alberto Silveira Rodrigues, Diretor de Operações. Representante: José Ricardo Bazzaz Simion – Advogado OAB/SP nº 127.708. Assunto: Representação contra Concorrência Internacional nº 2/2016 da ARTESP, cujo objeto é a seleção de empresa ou consórcio de empresas para prestar os serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros, rodoviário e suburbano, em regime de concessão comum. Em exame: Requerimentos formulados nos eventos: - Evento nº 155 – Vista dos autos formulada pelo Advogado Luiz Felipe Hadich Miguel – OAB/SP nº 215.844; - Evento nº 183 – Edilson Ferreira da Silva, Advogado, OAB/SP nº 252.616, representante no Processo nº 7108.989.18-7, por sua Advogada Gisele Beck Rossi, OAB/SP nº 207.545, requer sejam encaminhadas para manifestação de ATU PFE e MRC, as impugnações por ele aduzidas no Processo nº 7108.989.18-7, com o processamento do referido feito como Exame Prévio de Edital, bem como sua habilitação no presente feito; - Evento nº 203 – Vista dos autos formulada por Guerinio Seiscento Transportes S.A, por seu Advogado Thales Seiscento Baptista – OAB/SP nº 324.333. Defiro vista dos autos a todos os requerentes pelo prazo de 02 (dois) dias, e considero prejudicado o requerimento adicional constante do evento 183, em razão do decidido pelo Plenário no Processo 9226.989.18-4, na Sessão de 06/06/18.
Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PLO CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO
PROCESSO: e-TC-9449.989.15-1
e-TC-9594.989.15-4
e-TC-15355.989.16-1
e-TC-4693.989.17-0
e-TC-4698.989.17-5
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO
RESPONSÁVEL: OSVALDO DE SOUZA JUNIOR
LUCIANO OLIVEIRA SANTOS
CONTRATADA: S. C. ENGENHARIA LTDA.
RESPONSÁVEL: FERNANDO SILVA CHAVES NETO
OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA NA PRAÇA ARCHEMEDES LAMMGLIA
ADVOGADOS: DR. EDUARDO L. Q. SOUZA OAB/SP 109.013 E OUTROS
Vistos.
Em face do requerimento de prazo adicional para esclarecimentos, defiro o pedido por mais 15 dias, a contar da publicação.
Publique-se.

PROCESSO: TC-523.989.18-4
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA
RESPONSÁVEL: ERNALDO CÉSAR MARCONDES
ANTÔNIO MARCIO DE SIQUEIRA
CONTRATADA: COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA.
RESPONSÁVEL: JOÃO AFONSO BERTAGNA
OBJETO: FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS
ADVOGADOS: DR. EDUARDO L. DE QUEIROZ E SOUZA OAB/SP 109.013
Vistos.

Em face do requerimento de prazo adicional para esclarecimentos, defiro o pedido por mais 15 dias, a contar da publicação.
Publique-se.

PROCESSO: 00004358.989.18-4
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO PAULISTA (CNPJ 45.726.445/0001-91)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
Visto.

NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência do Relatório da III Fiscalização Ordenada 2018 – Tesouraria, elaborado pela equipe de fiscalização responsável, e no prazo de 10 (dez) dias, apresente esclarecimentos sobre os apontamentos da fiscalização e informe quais as providências adotadas com objetivo de sanear as ocorrências registradas.

ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.

Fica desde já franqueada aos interessados vistas dos autos, observadas as cautelas de estilo. Para tanto, fica NOTIFICADA a origem que seus procuradores e/ou representantes legais devem efetuar seu cadastramento no sistema de Processo Eletrônico através do site <https://e-processo.tce.sp.gov.br/e-tcesp/>, e solicitar a regular habilitação nos autos, nos termos da Resolução nº 01/2011 deste Tribunal, para que futuras publicações constem os nomes dos seus procuradores/representantes.

Aprovetto a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relatoria, relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que já tramitam em meio eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A adesão ao procedimento de intimação por WhatsApp é facultativa, e pode ser realizada pela(s) parte(s) interessada(s) e seu(s) procurador(es), incluindo as Sociedades de Advogados, desde que devidamente habilitado(s) nos autos.

Caso a(s) parte(s) possua(m) interesse, deverá(ão) fazer o pedido junto ao Cartório do meu Gabinete, ou através de petição nos autos, que deverá constar obrigatoriamente os seguintes termos e informações:

(Nome Completo e OAB (no caso de procuradores);
Número do telefone que receberá as intimações;
Ilíquê concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo WhatsApp;

Ilíquê foi identificado de que o CGDER, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

Ilíquê foi identificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Resalto que caso haja mudança do número do telefone e/ou alteração das condições de representação processual, com a substituição de procuradores, ou sobretudo término do mandato, o(s) aderente(s) deverá(ão) informá-lo de imediato ao Cartório para atualização e/ou suspensão do serviço.

As intimações por WhatsApp serão enviadas a partir do aparelho celular destinado ao Cartório exclusivamente para essa finalidade.

No ato da intimação, o servidor responsável encaminhará pelo aplicativo WhatsApp a imagem do ato processual (despacho, decisão ou sentença), com a identificação do processo e das partes, podendo também ser enviado nos formatos Word ou PDF.

Em hipótese alguma é necessário responder ou confirmar o recebimento das mensagens, tendo em vista que se trata de meio complementar de divulgação dos atos processuais.

Qualquer mensagem ou arquivo enviado pela(s) parte(s) e/ou seu(s) procurador(es) não será lida e descartada imediatamente.

Alertando que petições, justificativas, recursos e outros pedidos deverão ser realizados através dos meios convencionais, seja através dos protocolos da capital ou das Unidades Regionais, ou ainda pelo Processo Eletrônico.

Por fim, informo que intimações serão encaminhadas durante o expediente e feitas exclusivamente pelo aplicativo Whatsapp, e a contagem dos prazos processuais obedecerá à legislação de regência, iniciando-se com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Publique-se.
PROCESSO: 00004546.989.18-7
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
Visto.

NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência do Relatório da III Fiscalização Ordenada 2018 – Tesouraria, elaborado pela equipe de fiscalização responsável, e no prazo de 10 (dez) dias, apresente esclarecimentos sobre os apontamentos da fiscalização e informe quais as providências adotadas com objetivo de sanear as ocorrências registradas.

ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.

Fica desde já franqueada aos interessados vistas dos autos, observadas as cautelas de estilo. Para tanto, fica NOTIFICADA a origem que seus procuradores e/ou representantes legais devem efetuar seu cadastramento no sistema de Processo Eletrônico através do site <https://e-processo.tce.sp.gov.br/e-tcesp/>, e solicitar a regular habilitação nos autos, nos termos da Resolução nº 01/2011 deste Tribunal, para que futuras publicações constem os nomes dos seus procuradores/representantes.

Aprovetto a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relatoria, relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que já tramitam em meio eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A adesão ao procedimento de intimação por WhatsApp é facultativa, e pode ser realizada pela(s) parte(s) interessada(s) e seu(s) procurador(es), incluindo as Sociedades de Advogados, desde que devidamente habilitado(s) nos autos.

Caso a(s) parte(s) possua(m) interesse, deverá(ão) fazer o pedido junto ao Cartório do meu Gabinete, ou através de petição nos autos, que deverá constar obrigatoriamente os seguintes termos e informações:

(Nome Completo e OAB (no caso de procuradores);
Número do telefone que receberá as intimações;
Ilíquê concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo WhatsApp;

Ilíquê foi identificado de que o CGDER, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

Ilíquê foi identificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Resalto que caso haja mudança do número do telefone e/ou alteração das condições de representação processual, com a substituição de procuradores, ou sobretudo término do mandato, o(s) aderente(s) deverá(ão) informá-lo de imediato ao Cartório para atualização e/ou suspensão do serviço.

As intimações por WhatsApp serão enviadas a partir do aparelho celular destinado ao Cartório exclusivamente para essa finalidade.

No ato da intimação, o servidor responsável encaminhará pelo aplicativo WhatsApp a imagem do ato processual (despacho, decisão ou sentença), com a identificação do processo e das partes, podendo também ser enviado nos formatos Word ou PDF.

Em hipótese alguma é necessário responder ou confirmar o recebimento das mensagens, tendo em vista que se trata de meio complementar de divulgação dos atos processuais.

Qualquer mensagem ou arquivo enviado pela(s) parte(s) e/ou seu(s) procurador(es) não será lida e descartada imediatamente.

Alertando que petições, justificativas, recursos e outros pedidos deverão ser realizados através dos meios convencionais, seja através dos protocolos da capital ou das Unidades Regionais, ou ainda pelo Processo Eletrônico.

Por fim, informo que intimações serão encaminhadas durante o expediente e feitas exclusivamente pelo aplicativo Whatsapp, e a contagem dos prazos processuais obedecerá à legislação de regência, iniciando-se com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Publique-se.
PROCESSO: 00004558.989.18-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL (CNPJ 45.352.367/0001-86)
ADVOGADO: JOSE CARLOS LOLI JUNIOR (OAB/SP 269.387)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
Visto.

NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência do Relatório da III Fiscalização Ordenada 2018 – Tesouraria, elaborado pela equipe de fiscalização responsável, e no prazo de 10 (dez) dias, apresente esclarecimentos sobre os apontamentos da fiscalização e informe quais as providências adotadas com objetivo de sanear as ocorrências registradas.

ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.

Fica desde já franqueada aos interessados vistas dos autos, observadas as cautelas de estilo. Para tanto, fica NOTIFICADA a origem que seus procuradores e/ou representantes legais devem efetuar seu cadastramento no sistema de Processo Eletrônico através do site <https://e-processo.tce.sp.gov.br/e-tcesp/>, e solicitar a regular habilitação nos autos, nos termos da Resolução nº 01/2011 deste Tribunal, para que futuras publicações constem os nomes dos seus procuradores/representantes.

Aprovetto a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relatoria, relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que já tramitam em meio eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A adesão ao procedimento de intimação por WhatsApp é facultativa, e pode ser realizada pela(s) parte(s) interessada(s) e seu(s) procurador(es), incluindo as Sociedades de Advogados, desde que devidamente habilitado(s) nos autos.

Caso a(s) parte(s) possua(m) interesse, deverá(ão) fazer o pedido junto ao Cartório do meu Gabinete, ou através de petição nos autos, que deverá constar obrigatoriamente os seguintes termos e informações:

(Nome Completo e OAB (no caso de procuradores);
Número do telefone que receberá as intimações;
Ilíquê concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo WhatsApp;

Ilíquê foi identificado de que o CGDER, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

Ilíquê foi identificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Resalto que caso haja mudança do número do telefone e/ou alteração das condições de representação processual, com a substituição de procuradores, ou sobretudo término do mandato, o(s) aderente(s) deverá(ão) informá-lo de imediato ao Cartório para atualização e/ou suspensão do serviço.

As intimações por WhatsApp serão enviadas a partir do aparelho celular destinado ao Cartório exclusivamente para essa finalidade.

No ato da intimação, o servidor responsável encaminhará pelo aplicativo WhatsApp a imagem do ato processual (despacho, decisão ou sentença), com a identificação do processo e das partes, podendo também ser enviado nos formatos Word ou PDF.

Em hipótese alguma é necessário responder ou confirmar o recebimento das mensagens, tendo em vista que se trata de meio complementar de divulgação dos atos processuais.

Qualquer mensagem ou arquivo enviado pela(s) parte(s) e/ou seu(s) procurador(es) não será lida e descartada imediatamente.